

PIS/COFINS: STF adia decisões com impacto tributário

A PIS/COFINS voltou ao foco após o STF retirar de pauta julgamentos que podem reduzir a carga tributária das empresas. A indefinição prolonga a insegurança jurídica, mas mantém oportunidades relevantes para revisão fiscal.

Quais julgamentos foram adiados

O Supremo Tribunal Federal retirou da sessão de 25/02/2026 os Temas 118 e 843, ambos com repercussão geral e impacto direto na apuração da PIS/COFINS.

- **Tema 118:** exclusão do ISS da base de cálculo da PIS/-COFINS;

- **Tema 843:** exclusão do crédito presumido de ICMS da base da PIS/COFINS.

Sem nova data definida, os processos aguardam reinclusão em pauta pelo STF.

Tema 118: ISS fora da base da PIS/COFINS

A discussão trata da possibilidade de excluir o ISS da base de cálculo da PIS/COFINS, seguindo a lógica já reconhecida pelo STF na exclusão do ICMS.

Situação atual do julgamento

- placar empatado em 5 x 5;
- falta um voto para definição;
- há indicação de posicionamento favorável aos contribuintes.

Por que isso importa

Caso a tese seja confirmada, empresas prestadoras de serviços poderão:

- reduzir o valor mensal da PIS/COFINS;
- recuperar valores pagos indevidamente;
- melhorar a previsibilidade tributária.

Tema 843: crédito presumido de ICMS

O Tema 843 discute se o crédito presumido de ICMS deve compor a base da PIS/COFINS.

Antes do pedido de destaque, havia maioria favorável aos contribuintes.

Situação atual

- placar anterior de 6 x 5 pela exclusão;
- julgamento reiniciado em sessão presencial;
- tendência ainda considerada favorável.

Impactos para as empresas

A exclusão pode gerar:

- redução da base tributável da PIS/COFINS;
- maior eficiência no uso de incentivos fiscais;
- possibilidade de recuperação de créditos.

O que significa a retirada de pauta

A retirada de pauta não altera o mérito das discussões sobre PIS/COFINS, mas adia a definição que poderia uniformizar o entendimento nacional.

Na prática:

- empresas continuam sujeitas a interpretações divergentes;
- decisões judiciais individuais seguem sendo relevantes;
- o planejamento tributário ganha papel estratégico.

Por que o tema exige atenção

A definição desses julgamentos pode alterar significativamente o custo tributário das empresas.

Monitorar a evolução da PIS/COFINS permite identificar oportunidades de economia, reduzir riscos fiscais e fortalecer o planejamento financeiro.